

## **Trabalho imaterial e pós-modernidade: alguns apontamentos críticos**

Allan Heraclito Xavier Fernandes<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo aborda o trabalho no dito período pós-moderno e analisa as teorizações acerca do trabalho imaterial numa dita sociedade pós-industrial. Os teóricos da pós-modernidade, sobretudo aqueles que se lançaram especificamente a elaborar as teses de trabalho imaterial, consideram que o trabalho passou/estaria passando por uma reconfiguração que seria visível com a ascensão do setor de serviços e automatização da produção. O trabalho para os teóricos do imaterial estaria, no período pós-moderno dotado de sentido, pois se-utilizaria das capacidades intelectuais, subjetivas e afetivas dos trabalhadores e estas comporia o valor das produções (cada vez mais simbólicas e não necessariamente traduzida em um produto material). Assim os teóricos do trabalho imaterial consideram que esta nova configuração do trabalho coloca em xeque a teoria do valor-trabalho e o papel do trabalhador e da classe operária tais como formulada na teoria de Marx. Ademais, estando ligados ao arcabouço teórico pós-moderno, os autores do trabalho imaterial por derivação costumam aceitar pressupostos de relativismo da ciência, de fim das utopias e aceitação do capitalismo como estágio final da sociabilidade humana por vezes advogando apenas reformas pontuais neste sistema para que atinja a plena emancipação humana, que seria possível mantendo os pilares do modo de produção capitalista tal como o mercado, o consumo, a propriedade privada e a separação entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção. A revolução seria passiva e realizada dentro dos interstícios do sistema e já estaria acontecendo com a nova natureza do trabalho (por vezes visto como cooperativo).

**Palavras-chave:** Trabalho imaterial, Pós-modernismo, Serviços, Classes, Sociedade pós-moderna.

### **Immaterial labor and postmodernity: some critical notes**

**Abstract:** The article discusses the work in the postmodern period and analyzes the theories about immaterial labor in a so-called post-industrial society. Post-modernity theorists, especially those who specifically set out to elaborate theses on immaterial labor, consider that work has undergone a reconfiguration that would be visible with the rise of the service sector and the automation of production. The work for the theorists of the immaterial would be in the postmodern period endowed with meaning, since it would be used of the intellectual, subjective and affective capacities of the workers and these would compose the value of the productions (increasingly symbolic and not necessarily translated into a product material). Thus the theorists of immaterial labor consider that this new configuration of work puts in check the theory of labor value and the role of the worker and the working class as formulated in Marx's theory. Moreover, being bound to the postmodern theoretical framework, the authors of derivational immaterial labor usually accept assumptions of relativism of science, end of utopias and acceptance of capitalism as the final stage of human sociability, sometimes advocating only punctual reforms in this system so that To achieve full human emancipation, which would be possible by maintaining the pillars of the capitalist mode of production such as the market, consumption, private property and the separation of workers and owners

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômica pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Membro do Grupo de Crítica da Economia Política (GECEP/UFVJM). E-mail: aheraclitox@yahoo.com.br

of the means of production. The revolution would be passive and performed within the interstices of the system and would already be happening to the new nature of work.

**Keywords:** Immaterial labor, Postmodernism, Services, Classes, Postmodern society.

## O trabalho imaterial

O trabalho imaterial é um conceito, com ligações ao pensamento pós-moderno. O debate acerca desse tema tem como principais nomes: André Gorz, Michael Hardt, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, com contribuições um pouco mais pontuais de Jurgen Habermas e tendo também em um campo ideológico muito distinto as formulações de Daniel Bell<sup>2</sup>. De antemão ressaltamos que este conceito não carrega uma coesão, e as formulações dos autores aqui mencionados embora tipificadas e classificadas como trabalho imaterial carregam algumas diferenças importantes.

Segundo os teóricos adeptos desta concepção subjetivista de trabalho, o trabalho imaterial, que *“produzca al mismo tiempo subjetividad y valor económico”* (LAZZARATO, 2007,s.p) explicaria uma nova base de produção de riqueza no capitalismo, que para ser compreendida faria imprescindível entender os fundamentos do trabalho imaterial que *“não se reduz apenas aos serviços, como muitos tendem a assimilá-lo, mas se refere a todas aquelas atividades que possuem como característica fundamental o uso do conhecimento, além da cooperação e da comunicação”* (CAMARGO, 2011, p.41). Ainda de acordo com Camargo (2011, p. 41):

O trabalho imaterial se refere ao conjunto de atividades que adquirem um crescimento vertiginoso na chamada *new economy*, isto é, as atividades que envolvem a publicidade, o marketing e a comunicação. Tais atividades se referem à concepção de que no pós-fordismo as relações de produção se alteraram radicalmente, de modo que as características da grande indústria estão sendo crescentemente substituídas por outras, mudanças tão radicais que alterariam a própria forma de conceituarmos o capitalismo.

A seguir uma das conceituações de trabalho imaterial dos próprios teóricos defensores:

De um modo preliminar, podemos definir trabalho imaterial como a atividade que produz o conteúdo cultural e informativo da mercadoria e de seu ciclo de produção. O trabalho imaterial constitui a atividade de uma força de trabalho

---

<sup>2</sup> Daniel Bell foi um sociólogo conservador dos EUA, ao passo que Negri e Lazzarato tinham influências da tradição do operismo italiano, já Habermas era um membro da chamada Escola de Frankfurt da qual o austríaco Gorz, sofre algumas influências. Em síntese, enquanto o primeiro era do campo conservador os outros tinham raízes na esquerda (ou são classificados como de esquerda).

que obriga a questionar as definições clássicas de trabalho e de força de trabalho, porque a qualificação do produtor de trabalho imaterial resulta de uma síntese de tipos de saber-fazer [...] (CORSANI, LAZZARATO e NEGRI, *apud* CAMARGO, 2011, p.29).

Hardt & Negri (2001) chega a correlacionar diretamente o trabalho imaterial aos serviços e sendo que estes “se baseia[m] na permuta contínua de informações e conhecimentos. Como a produção de serviços não resulta em um bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial*”(HARDT & NEGRI, 2001, p. 311, *grifos dos autores*). Ainda de acordo com estes autores, este trabalho produziria um bem imaterial tais como os serviços, produtos culturais, conhecimentos e até mesmo a comunicação. Hardt e Negri dividem o trabalho imaterial em três tipos. O primeiro tipo seria aquele ligado à informatização da indústria: que “incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 314). Neste primeiro tipo a própria atividade fabril é vista como um serviço e a produção de bens duráveis mistura e caminha em direção ao imaterial. Já o segundo tipo é o “trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa [mas que envolveria também] os trabalhos simbólicos de rotina” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 314). O terceiro tipo de trabalho imaterial é aquele que requer contatos humanos e manipulações de emoções e afetos.

Lazzarato (2007, *s.p*), buscando esclarecer<sup>3</sup> algumas questões sobre o conceito de trabalho imaterial, diz:

*El concepto de trabajo inmaterial tiene como presupuesto y resultado una ampliación de la “cooperación productiva” que llega a incluir la producción y la reproducción de la comunicación y por ello de su contenido más importante: la subjetividad. Si el fordismo integraba el consumo en el ciclo de reproducción del capital, el posfordismo integra la comunicación.*

Seria ainda de acordo com as concepções do trabalho imaterial uma passagem de um capitalismo industrial e fordista a algo que poderia ser denominado de capitalismo cognitivo ancorado na inovação e na incorporação de subjetividades e saber.

Uma das características do trabalho imaterial que se ascenderia nesta sociedade pós-industrial seria que tal trabalho (dotados de subjetividades, afetos etc.)

---

<sup>3</sup> Segundo Lessa (2003), Lazzarato ao se afastar do objetivismo afasta também do racionalismo e da precisão das definições e assim apenas descreve o trabalho imaterial sem o definir, apenas comentam sem definir os conceitos mesmo um central como trabalho imaterial. Diz Lessa (2003, p.39) “Sabemos que ele [trabalho imaterial] funciona em rede, que é um fluxo universal, que nele ‘recepção’, ‘circulação’ e produção são todos um e a mesma coisa pela mediação dos ‘processos abertos’ ‘organizados’ pela comunicação. Somos informados como ele funciona, mas não somos ditos o que ele é.”

não seria passível de ser medido empiricamente e portanto não mais poderiam mensurar unidades de produto por unidade de tempo e assim medidas clássicas de aferição do valor, tal como a teoria do valor trabalho, não poderiam ser utilizados (SANTOS, 2012). Negri & Lazzarato (2001, p. 28-9) assim coloca a questão: “o trabalho em forma imediata cessou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo do trabalho cessou e deve cessar de ser a sua medida, e portanto, o valor de troca deve cessar de ser a medida do valor de uso”. Segundo Gorz (2005, p. 30):

A crise da medição do trabalho engendra inevitavelmente a crise da medição do valor. Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido. O caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de "sobretalho" e de "sobrevvalor". A crise da medição do valor põe em crise a definição da essência do valor. Ela põe em crise, por consequência, o sistema das equivalências que regula as trocas comerciais.

Redundante afirmar que a teoria do trabalho imaterial vai de choque com a teoria marxista de trabalho e de exploração. Os autores do imaterial consideram que a teoria do valor marxista não conseguiria explicar as novas bases de criação de valor e da explosão do setor de serviços, das riquezas não físicas, do trabalho intelectual e robotizado e da cooperação em rede e incremento de subjetividades dos trabalhadores na produção<sup>4</sup>. Segundo Camargo (2011, p. 41-2):

Em tal capitalismo, na visão destes teóricos, o conhecimento ocupa o papel de principal força produtiva, o que significa lidarmos com uma concepção de sociedade que não adota mais a teoria marxiana do valor-trabalho como núcleo central para a compreensão e crítica da produção capitalista. Sumariamente falando, não seria mais possível falarmos em teoria do valor trabalho. A grande modificação processada na economia do conhecimento está no fato de que o tempo de trabalho, aspecto fundamental do valor na visão marxiana, teria perdido o seu papel central, fazendo com que a produção da riqueza capitalista chegasse a um novo momento.

### **O saber como força produtiva: as subjetividades e a/na produção no pós-moderno**

“A ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas [...]. Assim Gorz inicia o prefácio de “O Imaterial”<sup>5</sup> deixando bem explícito a forma em que

---

<sup>4</sup> “[No] artesanato pós-fordista há uma **socialização-intensificação dos níveis de cooperação, dos saberes, das subjetividades dos trabalhadores, dos dispositivos tecnológicos e organizativos** que determinam completamente os termos da questão” (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 93, **grifos nosso**).

<sup>5</sup> GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

percebe a nova forma da reprodução de riqueza e valor que já estaria vigente na sociedade. Esta seria uma frase de ampla concordância entre vários dos pós-modernos e dos autores do trabalho imaterial.

Nestas concepções com premissas em uma sociedade considerada pós-industrial, as indústrias perderiam importância e o setor de serviços tornaria-se o mais importante: “*Si de la industria propiamente dicha pasamos a los “servicios” (los grandes servicios bancarios, aseguradoras, etc.)*” (LAZZARATO, 2007, s.p.). Sendo assim, há uma redução da importância do trabalho operário; aliás, o trabalho perde importância assim como a teoria do valor-trabalho<sup>6</sup>, que segundo os pós-modernos não conseguiria mais ser um denominador capaz de explicar a sociedade utilizando-se da divisão da sociedade em classes (operários e proprietários). Nesta sociedade pós-industrial, o conhecimento e a tecnologia tornariam-se centrais, bem como as profissões ligadas ao conhecimento teórico.

Segundo Hardt & Negri (2001), a economia contemporânea estaria sob a primazia da informação e a produção industrial de valor subordinada à produção de serviços, estes, crescentes e indicadores do processo da informatização da economia. Segundo estes autores, “hoje toda atividade econômica tende a cair sob o domínio da economia da informação, e a ser qualitativamente transformada por ela” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 308). Em outra passagem eles são categóricos ao afirmar que: “hoje a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção”(HARDT & NEGRI, 2001, p. 310).

De acordo com estas concepções, a humanidade estaria ingressando em um novo período, onde nos escritórios, os profissionais fazem do saber um *recurso central*. Assim, a popular assertiva “conhecimento é poder” (atribuída a Francis Bacon) ganha uma significação especial para além dos seus usos em palestras motivacionais. Se o

---

<sup>6</sup> “A impossibilidade de mensurar o valor dos produtos do trabalho imaterial é vista por tais teóricos como a prova maior que a teoria do valor, tendo em vista o grande crescimento do trabalho imaterial na produção contemporânea, perdeu sua validade explicativa. Para eles, *a teoria marxiana do valor é uma teoria quantitativista*. Assim, os autores jogam todas as teorias do valor em uma vala comum” (SANTOS, 2012, p.28, *grifos do autor*).

trabalho não é mais tido como central<sup>7</sup>, quem ocupa este espaço nas concepções pós-modernas são os conceitos de saber<sup>8</sup> e conhecimento. Segundo Kumar (2006, p. 51):

A sociedade de informação, segundo seus teóricos, gera mudanças no nível mais fundamental da sociedade. Inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte da criação de riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento. A teoria do valor do trabalho, da maneira formulada por uma sucessão de pensadores clássicos, de Locke e Smith a Ricardo e Marx, é obrigada a ceder lugar a uma “teoria do valor do conhecimento”. Agora, o “conhecimento, e não o trabalho, é a origem do valor”.

Faz-se uma nova teorização acerca da produção e do consumo, o que leva autores como Negri e Lazzarato a defender que o modo de produção não seria mais baseado na exploração da força de trabalho (e sim reprodução de subjetividades), mas derivaria de um conjunto de atividades intelectuais e afetivas interligadas via fluxos e redes a um “saber-fazer” coletivo. “Para eles, [autores do imaterial] a produção social não é mais destinada a produzir mercadorias, mas informações” (VACCARO, 2015, p.130). Negri e Lazzarato (2001) afirmam que a característica da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial não se destrói no ato de consumo, mas expande, transforma e cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor, isto é, transforma “a mente” do consumidor. Nesta nova teorização da produção e consumo os autores afirmam: “se a produção é hoje diretamente produção de relação social, a ‘matéria-prima’ do trabalho imaterial é a subjetividade e o ‘ambiente ideológico’ no qual esta subjetividade vive e se reproduz” (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 46). Nesta sociedade pós-industrial o objetivo da “produção da subjetividade” (termos dos autores) é construir o consumidor (e comunicador). Essa produção (como exemplo da TV, da moda, do marketing etc.) satisfaz e constitui uma demanda para o consumidor ao mesmo tempo (NEGRI & LAZZARATO, 2001).

Nestas interpretações, o poder e a produção de riqueza passam de relações objetivas relacionados à propriedade<sup>9</sup> para assumir um caráter subjetivo, isto é, o

---

<sup>7</sup> Considerado um pós-modernista francês, Michel Maffesoli, bem conhecido no Brasil pela expressão em que considera país o “laboratório da pós-modernidade”, assim diz o autor: “O tripé moderno era trabalho, racionalismo, progressismo. O tripé pós-moderno é criação ou criatividade, razão sensível e progressividade” (EICHEMBERG, 2014).

<sup>8</sup> “Essa força produtiva [saber] cognitiva, gerada nos ‘interstícios’ da sociedade capitalista, nas experiências cotidianas dos indivíduos levaria, por fim, a teoria do valor trabalho à excrecência, pois indicaria uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a forma mercadoria” (AMORIM, 2011, s.p.).

conhecimento, que Gorz, por exemplo, como já citamos, considera como a principal força produtiva da atualidade.

Nas leituras pós-modernas as subjetividades ocupam o “assento do piloto” e o consumo<sup>10</sup> (as subjetividades também estão na produção, lembrando que a produção e o consumo formariam um ciclo integrado e contínuo/quase espontâneo) potencializaria a afirmação destas subjetividades que são próprias de cada indivíduo. Dito de outra forma, a “sociedade de consumo” possibilitaria ao ser humano externar suas preferências, gostos e desejos de auto-afirmação através do consumo, e é óbvio, que dado as bases do pensamento pós-moderno, não poderia ser mais um padrão de consumo baseada no fordismo com suas produções em massa (que não potencializaria as individualidades, a diferenciação do ser humano, seus gostos etc). Aliás, se o trabalho é visto como imaterial, o consumo também não necessariamente se traduziria em produtos físicos, podendo ser “signos”, ou seja, representações, marcas e símbolos que visam, acima de tudo legitimar o pertencimento de um indivíduo a um grupo e apresentar as visões de mundo deste indivíduo a sociedade. É a busca do “eu”, este exteriorizado através do consumo ditado e com a necessidade fictícia criada em grande parte pela informação (que também seria um consumo) e publicidade. É a busca por parte dos indivíduos, de produtos em que a comunicação “dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. E estes produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidades, do imaginário, de gostos” (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 46).

Os autores pós-modernos, que comungam da ideia de um mundo pós-industrial (e pós-fordista), afirmam que o setor de serviços (setor que apresenta um modelo mais rico de comunicação produtiva<sup>11</sup>) é crescente e toma o lugar das velhas indústrias:

Em nossa época, entretanto, *a modernização acabou*. Em outras palavras, a produção industrial já não estende sua dominação sobre outras formas econômicas e outros fenômenos sociais. Um sintoma dessa mudança está

---

<sup>9</sup> “A cooperação invalida o título de propriedade [...] propriedade privada dos meios de produção hoje, na era da hegemonia do trabalho cooperativo e imaterial, é apenas uma obsolescência pútrida e tirânica” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 434).

<sup>10</sup> Sobre o consumo, diz Lazzarato (2007, S.P): “*El consumidor ya no se limita a “consumir” una mercancía (a destruirla en el acto de consumo). Por el contrario, su consumo debe ser productivo de las condiciones de las nuevas producciones. El consumo es, entonces, sobre todo un consumo de información. El consumo ya no es sólo la “realización” de un producto, sino un verdadero proceso social que por el momento definimos con el término “comunicación”*”.

<sup>11</sup> Hardt & Negri (2001, p. 311).

patente nas alterações quantitativas no emprego [em favor do setor de serviços] (HARDT & NEGRI, 2001, p.306).

Para alguns autores do trabalho imaterial (também inclusos como críticos da modernidade) o fordismo teria sido superado, bem como sua desqualificação profissional, intelectual e de ausência de um “sentido do trabalho”, dando origem a um “jovem operário” de capacidades ainda indeterminadas mas com as características da subjectividade produtiva pós-industrial (NEGRI & LAZZARATO, 2001). Retomemos:

Para Lazzarato e Negri também esta fase [fordismo] foi ultrapassada. Atualmente, a produção se baseia em *relações* de *serviço* de cunho afetivo, informacional e comunicativo, isto é, num trabalho imaterial. Logo, para eles, já não mais é possível usar o tempo cronometrado do relógio como critério de mensuração da produtividade. (VACCARO, 2015, p.134).

Segundo Santos (1999), a crise do fordismo (ou o que ele também chama de capitalismo organizado) se traduziria também na crise do Estado (que o autor caracterizava como Estado providência) e das instituições de regulação do período, dado a imbricação entre o fordismo vigente e a atuação do Estado. Mas, segundo o autor, esta crise do fordismo “teve também uma dimensão cultural ou político-cultural” e, “[...] a crise é em parte, a revolta da subjectividade contra a cidadania, da subjectividade pessoal e solidária contra a cidadania atomizante e estatizante” (SANTOS, 1999, p. 214). Para ele, é uma crise do modelo de rotinização e do engessamento da criatividade e da autonomia vigente no fordismo.

### **Alguns apontamentos críticos**

A identificação da crise ou mudanças do processo de produção fordista não é exclusiva das correntes pós-modernas, autores de distintas escolas também identificaram essas mudanças. Por exemplo, Terry Eagleton, um marxista inglês, diz:

Alguma coisa realmente aconteceu no período em questão. A partir de meados da década de 1970, o sistema ocidental sofreu mudanças radicais. Houve uma guinada da produção industrial tradicional para uma cultura “pós-industrial” de consumismo, comunicações, tecnologia da informação e da indústria de serviços. Empreendimentos de pequena escala, descentralizados, versáteis e não hierárquicos entraram na ordem do dia. Os mercados foram desregularizados, e o movimento da classe operária, submetido a um selvagem ataque jurídico e político. As alianças de classe tradicionais foram enfraquecidas, enquanto as identidades locais, de gênero e etnia ficaram mais

insistentes. A política tornou-se mais e mais administrada e manipulada (EAGLETON, 2012, p. 14).

David Harvey também percebe uma mudança<sup>12</sup> de um período fordista-keynesiano em direção ao que o autor chama de acumulação flexível, com novas formas de organização social e industrial e um novo padrão de acumulação distinto do observado nos trinta anos do pós-guerra. Segundo Harvey (2008, p. 140, *grifos do autor*):

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Ainda de acordo com Harvey (2008, p. 163): “a transição do fordismo para a acumulação flexível evocou sérias dificuldades para teorias de toda espécie. [...] essa transição também trouxe sérios dilemas para os marxistas”.

O que é, a nosso ver, um dos erros teóricos dos autores que comungam da ideia de uma sociedade pós-industrial consiste considerar que o processo taylorista/fordista, caracterizado por grandes plantas produtivas, produção em massa, uso intensivo de trabalho vivo e desqualificado nas linhas de montagens daria lugar a uma sociedade baseada (tendo como pilar) o conhecimento, a produção intelectual ou a uma produção regida em grande parte por máquinas<sup>13</sup> e algoritmos em computadores<sup>14</sup>. Em algumas interpretações pós-modernas o contato físico direto com a produção estaria cada vez mais raro e minguante o que se configuraria uma intelectualização do trabalho. Esta posição é bem expressa no prefácio da obra de Negri e Lazzarato, em que Cocco (2001, p. 12) diz: “A reestruturação industrial, a emergência de um regime de acumulação globalizado, baseado na produção de conhecimentos e num trabalho vivo (cada vez mais intelectualizado e comunicativo [...])”.

---

<sup>12</sup> Afirmções do autor advogando estas mudanças encontra-se em várias partes do livro “Condição pós-moderna”. Tal como, para citar mais uma passagem: “O único ponto geral de acordo [entre distintas concepções teóricas] é que alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970”(HARVEY, 2008, p. 163).

<sup>13</sup> “A imagem pós-moderna de um operador por detrás de uma consola de controlo (nomeadamente nas indústrias de transformação, onde não existe relação directa entre o ‘ritmo’ do dispêndio da força de trabalho e o ‘ritmo’ da produção) é bastante eloquente” (VAKALOULIS, 2003, p. 139).

<sup>14</sup> Confer: HARDT & NEGRI (2001, p. 311-3).

É uma outra falha teórica pressupor uma inevitabilidade do uso das máquinas em quase todos os ramos fabris e em todo o tempo desconsiderando uma contradição fundamental do capitalismo, a saber: a crescente automatização faz aumentar o desemprego da força de trabalho e um grande exército industrial de reserva faz o preço da força de trabalho se reduzir, tornando mais vantajoso ao capital empregar a baixos salários trabalhadores, ao invés de automatizar a produção, desde que, pressuposta a condição de salários muito baixos (dado a concorrência por emprego dentro exército industrial de reserva) (MARX, 1996). Em tempo, esta crítica se estabelece a elementos mais implícitos do que explicitados na teoria do trabalho imaterial, uma vez que a produção material parece ser tida como em direção a perda de importância, quiçá a insignificância dentro do arcabouço do pós-industrialismo e do trabalho imaterial. Netto (2010) crava como uma característica marcante do pensamento pós-moderno o desconhecimento, ou ignorância da economia política do capitalismo, que:

Faz com que suas [pensamento pós-moderno] referências à produção das condições materiais que garantem as relações de produção/ reprodução social se limitem a meras e vagas alusões a algo tomado como exterior e alheio aos níveis cultural-simbólicos [...] nos casos, poucos, em que se registra alguma remissão à produção material das condições necessárias à vida social, o que se verifica é a incorporação mais ou menos mecânica de noções da economia vulgar, com suas apreciações epidérmicas e superficiais [...] (NETTO, 2010, p. 264).

Os autores pós-modernos parecem desconsiderar que nem só de signos, representações e consumo de audiovisuais podem sobreviver os seres humanos<sup>15</sup> (embora o crescimento das ditas produções simbólicas seja visível). Que mesmo o “consumo de marcas” e signos pode exigir a produção material<sup>16</sup> (afinal, para ostentar um símbolo da Nike ou da sua banda predileta exige até o presente momento que ele esteja em um produto físico não em um holograma) e não raramente em condições de trabalho degradantes e em fábricas com ambientes insalubres. Não fazem as devidas considerações de que o movimento que permite que “*se vuelve más hacia la comercialización y la financiación que hacia la producción*” (LAZZARATO, 2007,

---

<sup>15</sup> “A aquisição e o consumo de mercadorias, atos supostamente materiais, são cada vez mais mediados por imagens culturais difusas (mediante a publicidade, exposição e promoção), nas quais o consumo de signos ou o aspecto simbólico dos bens torna-se uma fonte importante da satisfação dele derivada (Baudrillard)” (FEATHERSTONE, 1995, p. 137).

<sup>16</sup> Eagleton (2012, p. 69): “A base da cultura é o trabalho. Não pode haver civilização sem produção material”.

s.p.) através do desenvolvimento dos fluxos de informações (termo tão estimado nos escritos sobre a pós-modernidade) é o mesmo movimento que afasta a produção material dos grandes centros para os rincões do mundo subdesenvolvido, longe dos olhos dos autores que observaram particularidades do capitalismo no mundo capitalista desenvolvido, ignorando (talvez propositalmente) as contradições deste processo. A resposta de Negri & Lazzarato (2001, p. 59 e 60) seria: “A localização da produção não tem senão uma importância parcial” e complementariam “se não se vê mais a fábrica, não é porque desapareceu, mas porque se socializou, e neste sentido tornou-se imaterial; de uma imaterialidade que continua mesmo a produzir relações sociais, valores, lucros”. Estes autores têm uma visão altamente positiva, romantizada e até ingênua do trabalho terceirizado, como se toda a exploração capitalista cessasse com o Sr. Benetton<sup>17</sup>, não tendo fábricas nem funcionários diretos, apenas terceirizados, autônomos, quiçá escravizados<sup>18</sup>. Estes autores viram a sociedade do consumo, da informação, das marcas, da publicidade e do cinema nos grandes centros, mas não deram muita importância para a produção e o trabalho degradante pago com salários de subsistência, levando-os a formular interpretações, tais como a reproduzida a seguir, de Boaventura de Souza Santos, que ironicamente no mesmo tópico em que crítica o neoliberalismo, o capital financeiro e a precarização das relações de trabalho pós anos 1970, diz:

A retração simbólica da produção face ao consumo pode vir a traduzir-se na redução da semana de trabalho, aliás cada vez mais reclamada pelo sindicalismo europeu, e de tal redução pode resultar uma maior disponibilidade para actividades socialmente úteis e para o exercício da solidariedade (SANTOS, 1999, p.92).

As pistas para compreender estas transformações na produção estavam bem diante dos olhos: era a mesma mundialização<sup>19</sup>, aumento dos fluxos de informações e financeiros que eles se depararam, mas que solucionaram teoricamente utilizando-se de

---

<sup>17</sup> A utilização em nosso texto do exemplo da Benetton, não é casual. Tal empresa/ empresário é tido como um exemplo do empresário-político da sociedade pós-industrial, que não possuem fábricas e não explora diretamente a mais valia, “apenas” organiza e controla os fluxos, esta referência está em Negri & Lazzarato. Queira ver: Negri & Lazzarato (2001, Cap. 3).

<sup>18</sup> Sobre a terceirização e precarização do trabalho na Benetton, queira ver: Ceo da Benetton admite compra de roupas de prédio que ruiu em Bangladesh. **Uol**. São Paulo: 09 mai. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/05/09/ceo-da-benetton-admite-compra-de-roupas-de-predio-que-ruiu-em-bangladesh.htm>>

<sup>19</sup> Termo do francês Francois Chesnais para, grosso modo, referir se a chamada globalização, termo este que não deve ser tomado acriticamente.

integração entre produção e consumo<sup>20</sup> e tiraram conclusões, a nosso ver, incompatíveis com a realidade do capitalismo contemporâneo. Embora as pistas para a compreensão estivessem presentes, a conclusão se mostrou demasiadamente ideologizada e com realces a alguns fatores. Talvez estes indícios parecessem até claros demais, mas os alertaria o famoso detetive britânico de que “não há nada mais enganador do que um fato óbvio”<sup>21</sup>. Portanto, não estariam os autores do trabalho imaterial retirando interpretações precipitadas a partir do trabalho industrial e físico-material, dado que tomaram uma eventual situação de redução destes nos países desenvolvidos (e sua migração ao mundo subdesenvolvido) como explicativo de todo o sistema capitalista? Em tempo, deslocamentos realizados em busca de maiores lucratividades aos grandes conglomerados e seus acionistas (dos grandes centros) possibilitadas, sobretudo a partir de força de trabalho baratas, desregulamentadas, e destituídas de acesso ao conhecimento nas periferias do capitalismo.

Há em autores do imaterial uma exacerbação um tanto otimista das “redes de comunicação” e das “superestradas da informação” principalmente em relação ao acesso a estas tecnologias. Não discutem a fundo as condições que algumas regiões e indivíduos teriam acesso a esta tecnologia. Existe a espécie de um pressuposto de que tais redes seriam acessíveis a todos e que a partir dela o mundo teria um novo marco produtivo, uma produção em rede. Uma confiança demasiada no globalismo e na dissolução das barreiras políticas expressos em passagens como: “cada vez menos os passaportes e documentos legais serão capazes de regular nossos movimentos através das fronteiras. Uma nova geografia é definida pela multidão [...]” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 421). A universalização da cultura tanto em termos de acesso quanto em

---

<sup>20</sup> *El índice de audiencia y la producción audiovisual, la publicidad y sus “blancos”, son los ejemplos propios de la integración del consumo en la producción. Aquí, el alejamiento del modelo taylorista es máximo. El trabajo inmaterial se encuentra en el cruce (es la interface) de esta nueva relación producción/consumo. Es el trabajo inmaterial lo que activa y organiza la relación producción/consumo. La activación, tanto de la cooperación productiva como de la relación social con el consumidor, se materializa en y mediante procesos de comunicación. Es el trabajo inmaterial lo que innova continuamente la forma y las condiciones de la comunicación (y por tanto del trabajo y del consumo)* (LAZZARATO, 2007, s.p). Amorim (2011, s.p.), assim diz: “Com base na ideia de que um fluxo contínuo entre a produção, circulação e distribuição teria se formado e que esse fluxo seria na verdade o vetor de caracterização do comunismo, os antigos burgueses passam a ser considerados, por Negri, como ‘empresários sociais’ e os antigos operários como ‘trabalhadores sociais’.” Mais adiante: “a indústria tradicional, como *locus* de organização da resistência política, cederia lugar à grande empresa, uma sociedade-fábrica, isto é, produção/consumo/distribuição tornar-se-iam uma única e mesma coisa que se sintetizaria na produção imaterial.”

<sup>21</sup> Referimos-nos a frase do famoso personagem Sherlock Holmes, na obra “As aventuras de Sherlock Holmes” de Syr Arthur Conan Doyle, já em domínio público.

relação à irradiação de culturas locais em nível mundial também encontram ressonância em autores pós-modernos.

Seria, por demais simplista, acusar os pós-modernos de estarem idealizando por demais uma situação totalmente descolada da realidade. Em verdade, o consumo adquiriu novos padrões contemporaneamente (e não se revolucionam sempre os padrões de consumo no capitalismo? Pode-se corretamente perguntar). A “cultura do descartável”, o consumismo exacerbado se verificam em tal magnitude hoje de uma forma que não se observava até o terceiro quartel do século XX. Mas ao observar este novo padrão de consumo como que de certa forma autônomo da produção ou explicativo da contemporaneidade, parece ser um argumento frágil demais, mas encontrado em alguns teóricos da pós-modernidade.

O pós-modernismo é, em verdade, a sociedade vista sob as lentes da classe média com poder de consumo dos grandes centros capitalistas. É o pensamento formulado (entre outros vários fatores) sob o impacto dos *shopping centers*, da informação, da publicidade que se verifica em todos os espaços da convivência humana no capitalismo contemporâneo a uma presença tão invasiva que a ela foi dedicada o conceito de “poluição visual”. É o pensamento *light*, adotado pela pequena burguesia a par dos privilégios que um sistema de classe pode oferecer. É o pensamento que adequa a parcela da sociedade que pode acessar o mundo “cosmopolita”. A que custos? A teoria pós-moderna se desdobra para esconder. Ora, apresenta de forma superficial (para não dizer desonesta), como ao afirmar que o que se tem na pós-modernidade é a “auto-exploração” (presente em Negri & Lazzarato, 2001) dos indivíduos forçados a autonomização do trabalho, sem garantias e direitos trabalhistas, o que a teoria pós-moderna não se preocupa em fazer as devidas mediações.

## **O trabalhador e a classe operária no pensamento pós-moderno**

O trabalho imaterial, como já dito, requereria segundo seus teóricos, trabalhadores com alto nível de conhecimento e saber, de domínio da tecnologia e de suas linguagens. Seriam trabalhadores capazes de atuarem em atividades intelectuais e/ou em que o manejo do subjetivo se faria muito presente, dado que a produção imaterial incrusta as marcas da subjetividade, da criatividade, dos afetos etc. dos indivíduos. Assim deveria ser as características fundamentais de um trabalhador do imaterial, segundo Gorz:

[...] as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo objetivar (GORZ, 2005, p.17).

Segundo Negri e Lazzarato (2001), o trabalhador autônomo pós-fordista não tem o tempo e os ritmos controlados como no fordismo, sendo agora controlado pelo “controle descontínuo organizado das encomendas”, é um trabalhador envolvido num trabalho com grande capacidade de cooperação, gestão, inovação. O trabalho só existe sob a forma de redes e fluxos e nestas atividades “imateriais” são colocadas como centrais as capacidades laborativas da comunicação, do relacionamento e da organização. Seria um trabalho/ trabalhador que, como diz o título do último capítulo da obra dos autores, produz por meio da linguagem e *general intellect*.

A emancipação *do* trabalho (e não *pelo* trabalho)<sup>22</sup> está presente nos teóricos do trabalho imaterial que tiram o papel de sujeitos revolucionários da classe proletária e transferiram o papel de “sujeitos” políticos (e não necessariamente revolucionários) à multidão. Esta, conceito de Hard e Negri presente na obra “*Império*”: uma massa composta de diversas subjetividades (indivíduos ou grupos não classistas) integradas através da cooperação do trabalho imaterial.

O uso do conceito de multidão (“a multidão ao contrário da massa, é um processo organizado com fins de resistência, de insurreição e poder constituinte”<sup>23</sup>) por Negri se faz presente dado ao entendimento de que o conceito de classes não conseguem ser denominador comum<sup>24</sup> enquanto instrumento de luta dos trabalhadores. De forma muito precisa, Amorim (2011, *s.p*, *grifos do autor*.) diz:

---

<sup>22</sup> “O trabalho não é a liberdade porque, para o assalariado como para o patrão, o trabalho é apenas um meio de ganhar dinheiro e não uma atividade com fim em si mesma e claro que todo trabalho, mesmo o trabalho em linhas de montagem, supõe que os operários coloquem algo de seu: se recusam, tudo para. Mas essa liberdade necessária ao funcionamento da oficina e ao mesmo tempo negada, reprimida pela organização do trabalho. Essa é a razão pela qual a ideia de que é preciso que nos liberemos *no* trabalho e não somente *do* trabalho, *do* trabalho e não somente *no* trabalho e tão antiga quanto o próprio regime de assalariamento. Abolição do trabalho \_ abolição do assalariamento: duas coisas que, na época heroica do movimento operário, eram sinônimas” (GORZ, 1982, P. 10, *grifos originais*).

<sup>23</sup> Vaccaro (2015, p. 129).

<sup>24</sup> Tal como diz Santos (1999, p. 40): “[...] Nas últimas três décadas, os movimentos e as lutas políticas mais importantes nos países centrais e mesmo nos países periféricos e semiperiféricos foram protagonizados por grupos sociais congregados por identidades não diretamente classistas, por estudantes, por mulheres, por grupos étnicos e religiosos, por grupos pacifistas, por grupos ecológicos etc., etc.”

A noção genérica de *povo*, que nos escritos de Negri dos anos 2003 a 2005 passa a ser anunciada como *multidão*, é constituída dentro da perspectiva de que o trabalho, a atividade assalariada, teria perdido seu caráter unificador. As possibilidades de criar uma identidade de classe com base nas relações de produção estrito senso são consideradas ultrapassadas, pois a razão econômica teria extrapolado os domínios da fábrica, teria se libertado, portanto, das amarras da fábrica, ganhando maior sociabilidade. Se a produção constitui-se fora da fábrica, o poder político que proviria dessa produção também se alargaria para fora dela. Se a formação política que se constituía a partir de certa homogeneidade de laços profissionais característicos da produção fabril do período Taylor-fordista perde sua centralidade; em virtude disso, a classe social como conceito analítico perde também sua operacionalidade.

Quanto à luta de classes, para ficar com mais um autor (em verdade esta questão é pontuada por praticamente todos os autores que debruçam sobre a teoria pós-moderna, tanto os que a ela advogam, quanto os críticos), como corrobora o considerado crítico Vakaloulis (2003, p. 162):

Deixou de ser [luta de classes] um operador conceptual de primeiro plano para se tornar uma ideia indecente e incômoda [...] A construção social das identidades, das representações e das práticas sociais na sociedade “pós-industrial” não admite o determinismo rígido e abrangente da luta de classes. Os sentimentos de pertença comum, os modos de pensar, de viver e representar os indivíduos remetem mais para “tribos” pós-modernas do que para as classes e seus conflitos: a sociabilidade já não é “agonística” mas consensual. Claro que os conflitos continuaram a existir. Mas o seu objeto terá sobretudo a ver com as orientações culturais e com as escolhas éticas da sociedade.

Já as teses de trabalho imaterial também implicam na negação da classe trabalhadora como revolucionária (em verdade, como já apontado, a negação da existência de classes sociais). Afirmam que este trabalho possui característica de cooperação (pois se efetiva através das redes e dos fluxos, inclusive de partes muito distintas do globo) e consideram como valor o saber de vários trabalhadores de territórios distintos, por exemplo, inseridos em um produto. Se o trabalho imaterial é uma cooperação social (“em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho”<sup>25</sup>), logo, a ideia de exploração<sup>26</sup> de classe e a existência de classes distintas e antagônicas são descartadas.

Se não haveria exploração econômica não existiria também a necessidade de contestação da ordem econômica capitalista. Há a ideia de que estaríamos (a

---

<sup>25</sup> Hardt & Negri (2001, p. 314).

<sup>26</sup> Lazzarato e Negri, por exemplo, não vê como possível a produção de mais-valia em atividades que envolva o trabalho imaterial, sendo assim não haveria exploração de classe, eles afirmam: “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade”(NEGRI; LAZZARATO, 2001, *apud* SANTOS, 2002, p. 30).

“multidão”, por exemplo) “atravessando” pelos interstícios do “Império” realizando uma “revolução passiva”, uma transformação e uma superação não revolucionária do próprio capitalismo<sup>27</sup> e “isso [o presente visto como inultrapassável], traduz a aceitação prática das determinações estruturais do capitalismo avançado, considerado indestrutível no seu elemento próprio” (VAKALOULIS, 2003, p.49). Logo após afirmarem que o trabalho imaterial tem um aspecto cooperativo, Hardt & Negri (2001, p.315) afirmam: “na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial tipo de comunismo espontâneo e elementar.” Ou seja, de acordo com esta visão que encontra paralelos em outros autores do imaterial (tal como Gorz) e do pós-moderno, o comunismo estaria “brotando” do próprio capitalismo, este que entendemos estar “mais forte do que nunca”.

Negri e Lazzarato consideram que o trabalho imaterial, tal como por eles entendido, colocaria em xeque não só a teoria do valor trabalho mas também o próprio capitalismo. Na passagem abaixo, mais uma vez vemos indícios da ideia de uma nova sociabilidade “espontânea” e conservando bases capitalistas:

A crise do “valor trabalho”, que é também a crise do capitalismo, abriria a possibilidade de fundar a “relação social” sobre uma alteridade nas relações mercantis da esfera capitalista. O “tempo liberado de trabalho” e o valor social das “atividades culturais, relacionais, artísticas, cognitivas, educativas, ambientais” seriam as bases sociais “externas” à economia de mercado sobre as quais se poderia fundar uma alternativa ao capitalismo (NEGRI & LAZZARATO, 2001, p. 73).

### **Implicações na arena/luta política**

Na arena política<sup>28</sup> as leituras pós-modernas embasaram a ascensão da chamada nova esquerda, que são críticas das tradicionais organizações de classes

---

<sup>27</sup> “A tese da imaterialidade do trabalho não estaria presa, dessa maneira, às relações de produção e consumo. Trata-se mesmo de uma concepção política que estrutura o comunismo compatível com o mercado, com o dinheiro, com o Estado e com a propriedade privada capitalistas. Dentro dessa perspectiva, a necessidade de extinção das classes sociais seria substituída pela possibilidade de convivência harmônica entre os indivíduos” (AMORIM, 2011, *s.p.*).

<sup>28</sup> Não é a intenção adentrar nas polêmicas existentes nesta terminologia. Estamos considerando como esfera ou arena política o espaço onde se dão as lutas extra-econômicas, embora sabemos, esta esfera esteja intrinsecamente interligada à chamada esfera econômica. Aliás, a própria diferenciação entre estas duas esferas na obra marxista é tema de diversos debates. É a intensão deste tópico observar como se comporta a teoria social pós-moderna e suas práticas e recomendações enquanto a atuação política dos indivíduos, partidos, ONGs, etc. Uma boa recomendação acerca das discussões entre base e superestrutura, esfera política e econômica e também movimentos sociais, pós-modernismo, pós-marxismo e o uso atual que tem se dado de sociedade civil bem como vários temas são tratados por: WOOD (2010).

trabalhadoras, assim como os sindicatos e os partidos comunistas considerados demasiadamente totalizantes. Isto porque: “a conceptualidade pós-moderna revela-se definitivamente desideologizada, ‘aberta’, intinerante: uma *man’s langue* (língua de ninguém) do diferencialismo triunfante” (VAKALOULIS, 2003, p. 48).

Touraine (2004) afirma que o “socialismo está morto” e seria necessário à esquerda desapegar-se o mais rápido possível do que persistia desse modelo de socialismo que ainda existiria. Segundo Touraine, o socialismo<sup>29</sup> teria se tornado extremamente burocrático e centrado nas decisões dos caciques partidários com os partidos não sendo capazes de representar as aspirações existentes na sociedade. Seria inútil compreender como o socialismo se gestou, pois mais do que burocratizado e instrumentalizado, ele teria se tornado ultrapassado para a nova condição sócio-produtiva e o fim do socialismo traria também a perda de importância do movimento operário, do seu adversário e do campo de batalha (a sociedade industrial). Segundo Touraine (2004, p. 19, **grifos nosso**):

É preciso olhar mais além e mostrar que **o fim da época socialista não anunciou nem a despolitização e o fim das ideologias** [o que vai em direção contrária a alguns pós-modernos e tributários do pós-industrial tal como Bell], nem o irresistível florescimento dos Estados todo-poderosos, mas, em certas condições, ao menos, **um novo movimento social, novas manifestações da opinião pública, e portanto, novas reivindicações políticas.**

Segundo Eagleton (1999, p. 30), o pós-modernismo “liberou o poder do local, do vernáculo, do regional [...], é preferível o pluralismo ao isolacionismo, a diferença à identidade, o outro ao igual –e denuncia todo universalismo.” Touraine concordaria com o inglês ao afirmar que escreve para os “que participaram talvez, do movimento de maio de 68, que se manifestaram contra a política nuclear, participaram da luta contra o desemprego, dão impulso a causa das mulheres, atacam o centralismo estatal” (TOURAINÉ, 2004, p. 23-4). Segundo Touraine, na sociedade “programada” os movimentos sociais ocupariam um papel central (papel que na sociedade industrial teria sido ocupado pela narrativa socialista) em lutar contra os tecnocratas e os desmandos dos governos. De acordo com Santos (1999), a maior novidade dos novos movimentos sociais consiste na crítica tanto da regulação social capitalista como da emancipação socialista descrita pelo marxismo. E como crítica ao projeto de emancipação marxista,

---

<sup>29</sup> O autor tem uma concepção de socialismo com algumas peculiaridades, numa definição que por vezes se aproxima muito de uma visão liberal “vulgar”. Queira ver: Touraine (2004)

leia-se principalmente a acusação da existência de um “economicismo” e de desconsideração a identidades, subjetividades e as diversas diferenças dos indivíduos que não permitiria agrupá-los em um “sujeito monumental” tal como classe e partido.

Segundo Harvey, o receituário pós-moderno é de resignação e aceitação dos desdobramentos do capitalismo contemporâneo:

Os filósofos pós-modernos nos dizem que não apenas aceitemos mas até nos entreguemos às fragmentações e à cacofonia de vozes por meio das quais os dilemas do mundo moderno são compreendidos. Obcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional. (HARVEY, 2008, p. 112).

Santos (1999), que é muito cético quanto aos projetos emancipatórios prometidos pela modernidade, afirma que muitos dos quais não serão realizáveis dentro do paradigma moderno, devendo-nos a abandonar estas promessas ou readequá-las ao nascente paradigma denominado pós-moderno. Santos também defende a tese de que no pós-moderno, a ideia moderna de racionalidade global da vida social se desintegrou numa série de mini-racionalidades, estas ligadas a um irracionalismo global incontrolável. Tais mini-racionalidades são interessantes, pois podem ser reinventadas e servir como uma lógica pós-moderna de resistência.

Segundo Vakaloulis (2003), nas leituras pós-modernas tem-se uma sociabilidade em forma de um espetáculo de vidas aleatórias e incertas. Diz Vakaloulis (2003, p. 39): “Tal é a significação da crise dos referentes modernos: o desencantamento do mundo atinge o grau zero da projectualidade emancipadora.” Sem essa alternativa de uma emancipação social, à moldes dos projetos modernos permitiria celebrar a sociabilidade de pequenos grupos de singularidades comuns, algo que contrasta visivelmente com o projeto holista e totalizante<sup>30</sup> do moderno. De acordo com Vakaloulis (2003, p. 39), para o pensamento pós-moderno não existiria sociedade, “existiriam antes forma de socieabilidades difusas, inconsistentes e efêmeras, onde a diferenciação tem primazia sobre a estruturação identitária e o apego ao parecer estético se sobrepõe ao enraizamento autêntico”.

---

<sup>30</sup> Vakaloulis (2003, p. 40, *grifos do autor*): “Ora o discurso pós-moderno rejeita qualquer descrição *totalizante e unitária* do mundo social. Este deixa de ser progressista, projectivo, prometedor.”

Todas as opressões específicas se colocam como importante no pensamento pós-moderno a consideração de que as experiências pessoais<sup>31</sup> e ligadas a estes grupos, e as vivências cotidianas os autorizam a terem certas preferências garantidas nos “locais de fala” em discussões e debates envolvendo essas opressões. É “a ideia de que todos os grupos têm direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz, como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno.” (HARVEY, 2008, p. 52). Trata-se, portanto, de um privilégio epistêmico presente no pós-modernismo por vezes chamado de “protagonismo do oprimido” que, portanto, tem influência na forma de “fazer ciência” e assim “a busca de causas explicativas é substituída pela descrição tópica feita através de relatos de fenômenos particulares. A intuição ganha primazia sobre a racionalidade, atribuindo-se à arte o estatuto de paradigma de representação do real”. (EVANGELISTA, 2006, p. 275). Sobre esta questão, em argumentos semelhantes, diz Cardoso (1999, p. 17):

Em outras palavras, não haveria história e, sim, histórias “de” e “para” determinados grupos definidos por dadas posições – constituindo, estas, “lugares de onde se fala” –, o que significa que, ao escrever, um historiador dirigir-se-ia, na realidade, a um destes grupos, aquele que partilhe com ele as premissas que constroem o seu discurso. Existiria, então, uma história das mulheres, uma história dos negros, uma história dos homossexuais, uma história construída em torno de interesses ecológicos, em relação a Chipre, uma história grega e outra turca etc. Isto supõe uma sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes holísticos, coletivos, bem como da possibilidade de qualquer tipo de mobilização global.

Com todo o relativismo (político, cultural e até científico) e a erosão da centralidade da argumentação racional deram lugar no pensamento pós-moderno a uma lógica da política como espetáculo que se confirma, por exemplo, em campanhas eleitorais cada vez mais baseadas em *marketing* e cuidado com a imagem pessoal do candidato (a aparência é tudo) sem se fazer grandes debates econômicos-sociais. Portanto, tem-se que, conforme afirma Evangelista (2007, p. 177): “a busca do convencimento pela argumentação racional e pela apresentação de projetos políticos, característica da política na modernidade, teria dado lugar à sedução das imagens no cenário midiático de massas da política pós-moderna.” É o tempo em que os “empreendedores políticos” que dominam as comunicações, tal como Berlusconi na

---

<sup>31</sup> É o que afirma por exemplo, Vakaloulis (2003, p.251. **grifos nosso**): “Aqui, espera-se que a busca da ‘autenticidade’ e a ‘quietude’ das marcações superficiais substituam o objectivo da emancipação social [...] o horizonte da transformação social torna-se duplamente impensável [...] **Por outro lado, a acentuada fragmentação da experiência dos indivíduos torna ilusória qualquer perspectiva de síntese**”

Itália, passam a ocupar um grande papel na política (exemplo dado por Negri & Lazzarato, 2001). É, portanto, o tempo da “pós-verdade”, expressão escolhida pelo dicionário Oxford como a “palavra do ano” em 2016. A confirmação recente pode ser encontrada nas disseminações de boatos, *fake-news* e “verdades alternativas” nas campanhas políticas, que segundo análises deste período que escrevemos, parecem ter sido decisivos pelo menos no referendo de saída do Reino Unido da União Europeia; o processo conhecido como *Brexit*, ao referendo colombiano da realização de um acordo de paz com as FARC, bem como na eleição presidencial dos Estados Unidos, no ano de 2016, que elegeu Donald Trump, que Negri e Lazzarato chamariam de a figura do empreendedor político. É a vitória de um personagem televisivo, apresentador de programas na TV americana e que se lança a fazer campanha com bases em “pós-verdades” sem se importar com a validação dos fatos, apenas sua disseminação e aceitação deles na “batalha dos discursos” que quem vence não necessariamente é o mais verdadeiro e racional.

Os pós-modernos insistem nas primazias das causas políticas e culturais sobre as econômicas para a explicação das (várias) opressões, é o que confirma Touraine (2004, p.22): “Estes [socialistas] concentravam sua atenção sobre a economia; hoje é no campo da cultura que se armam as principais contestações.” Assim, os pós-modernos adotam as lutas localizadas, os novos movimentos sociais, as questões ecológicas etc:

Uma revigoração da política cultural, ao permitir a articulação de interesses e preocupações que foram ou formam intersecções irregulares com a teoria marxista clássica de classes – questões referentes à raça, ao gênero, à política nuclear e verde, e, menos comumente, aos idosos e aos direitos dos animais. Em todas essas esferas, a investigação de formas culturais como produtores e portadores de sentido, de valor e de poder tem se mostrado central. Em algumas formas de políticas pós-modernas, é precisamente a liberação da cultura e da significação em geral da necessidade econômica que oferece oportunidades mais amplas e mais livres de autodeterminações do que as possíveis em eras nas quais a cultura e a representação estavam vinculados de forma mais estreita ao econômico. (CONNOR, 1992, p. 182).

Em Wood (2010), a autora destaca o “novo culto a sociedade civil” um conceito que viria a servir para reconhecer e celebrar a diversidade. Este conceito de sociedade civil, que a grosso modo, englobaria tudo que não fosse o Estado, ou seja desde sindicatos, ONGs, empresas, hospitais etc. O conceito de sociedade civil coloca em primeiro plano a luta contra “os perigos da opressão pelo Estado e na necessidade de definir limites adequados para a ação do Estado, por meio da organização e do reforço

das pressões contra ele no âmbito da sociedade” (WOOD, 2010, p. 209). Segundo os defensores deste conceito (ressignificado, em relação ao conceito gramsciano), ele viria a dar atenção a instituições e diferenças que não teriam sido enfatizadas pelo “economicismo”<sup>32</sup> de Marx. Assim, a “sociedade civil” ao pretender dar enfoque a outras questões de identidade que não as relações de classe, acaba por eclipsar a própria exploração econômica (vale ressaltar que o “mercado” também é sociedade civil) valorizando mais as (opressões das) identidades que não são centrais ao sistema capitalista, isto é, que não tem grande relevância para a explicação de seus “pilares”.

Ainda de acordo com Wood, a luta pela emancipação humana com base no campo econômico perdeu muito da sua aceitação; “para muitas pessoas, a ênfase se transferiu para o que denomino de bens *extra-econômicos* – emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática” (WOOD, 2010, p. 227, *grifos da autora*). A crítica/constatação da autora pode se dirigir a passagens pós-modernas como:

Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como seja a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMSs [Novos Movimentos Sociais] denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais trasclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo. Nestes termos a denuncia de novas formas de opressão implica a denuncia das teorias e dos movimentos emancipatórios que as passaram em claro, que as negligenciaram, quando não compactuaram mesmo com elas. Implica pois a crítica do marxismo e do movimento operário tradicional, bem como do chamado “socialismo real” (SANTOS, 1999, p. 222).

Connor (1992) traz uma importante colocação crítica a essa expansão e descentração política na qual tudo é político, mas que faz que nada seja efetivamente político. Com o afastamento pós-moderno de bases definidas e claras, tais como classes, o autor diz que toda a força de uma política coesa se dissipa em várias vertentes tal como a força de um rio dissipando sua força em um delta. Ressaltamos que, nada além

---

<sup>32</sup> “É a estratégia típica do argumento da ‘sociedade civil’ – na verdade, sua *raison d’être* – atacar o ‘reducionismo’ ou o ‘economicismo’ marxista. O marxismo, dizem, reduz a sociedade civil ao ‘modo de produção’, à economia capitalista. A importância de outras instituições – como famílias, igrejas, associações científicas e literárias, prisões e hospitais – é desprezada” (WOOD, 2010, p.210).

de uma solidariedade, pode unir<sup>33</sup> distintos grupos. Frequentemente não há diálogos entre grupos até muito parecidos que acabam derivando em diversos outros subgrupos, pois o que buscam alcançar são acima de tudo as identidades subjetivas e as diversas vivências dos indivíduos, que por carregar um caráter tão subjetivo, podem não encontrar inteiro respaldo em um único grupo ou necessitar-se-ia fragmentar ainda mais tal grupo para um outro novo que comporta melhor as experiências individuais.

E aqui pontuamos uma crítica ao pensamento pós-moderno, que além de desconsiderar o universalismo e o impulso expansionista e globalizante do capital, parecem não entender que o capitalismo, um sistema muito dinâmico não teria problemas em se reproduzir<sup>34</sup> suprimindo algumas das opressões extra-econômicas. Embora para outros pós-modernos, a revolução rumo à emancipação humana ou ao comunismo (Gorz chega a utilizar o termo) já estaria sendo realizada sem grandes rasgos nas relações fundantes do capitalismo (tal como divisão da sociedade entre proletários e proprietários) e que essa revolução estaria, grosso modo, sendo impulsionada ou acelerada pelas lutas identitárias, localistas, fragmentárias etc. Parece não ficar claro aos pós-modernos que ao mesmo tempo que o capitalismo não consegue garantir alguns bens extra-econômicos (tais como a paz mundial e a preservação da natureza) algumas outras opressões sociais, que embora utilizados pelo capital para proporcionar maiores lucros como é o caso de raça e gênero, podem ser erradicadas e mesmo assim continuar a exploração (advinda da desigualdade fundamental e estrutural do capitalismo entre proprietários e não proprietários). Estes preconceitos/opressões são fomentados pelo capital, embora sua lógica esteja mascarada. O que não significa que, embora criados e incentivados pelo capitalismo, este não possa sobreviver sem elas<sup>35</sup>. O que tentamos argumentar é que a luta contra as opressões são louváveis, mas a erradicação destas seriam alcançada de forma mais eficiente caso conciliadas com uma luta anticapitalista<sup>36</sup>.

Portanto, já demonstramos a partir de distintos autores que, grosso modo, concordam ou têm posições muito parecidas em descrever, apresentar ou criticar a

---

<sup>33</sup> Em linhas semelhantes, corrobora Stabile (1999).

<sup>34</sup> Embora, como apresentado neste trabalho, para muitos pós-modernos a supressão do capitalismo não é uma bandeira e portando o que a gente coloca como uma crítica (a aceitação do capitalismo) é algo tomado com naturalidade por alguns pós-modernos.

<sup>35</sup> “Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem *status* privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe”(WOOD, 2010, p. 232).

<sup>36</sup> Corrobora: Wood 2010, p. 232.

forma preconizada pelas teorias do pós-moderno, que dizem respeito ao modo de organização e agir político (e o não agir político também é uma opção política, e ela existe no pós-modernismo) baseados nos localismos, na descentralização, da dissolução dos projetos emancipadores, das lutas dos marginais etc., enfim na micropolítica. O que torna a teoria social pós-moderna como uma ferramenta a servir para dar substratos ao agir político nas margens<sup>37</sup> do sistema.

É a elevação ao primeiro plano do palco político das individualidades<sup>38</sup> e das subjetividades (bem como, não podemos desconsiderar dos signos, das imagens e do espetáculo que teria sim seus lugares no palco político, isto é, a política também é um show/ espetáculo). A teoria pós-moderna demole as sustentações de um sujeito humano centrado, louvando o ser humano difuso e descentrado, “um sujeito que talvez não estivesse suficientemente ‘completo’ para derrubar uma pilha de latas, quanto mais o Estado – mas que poderia, ainda assim, ser apresentado como uma assustadora vanguarda” (EAGLETON, 1999, p. 27). Mas que em verdade esse “sujeito disperso e esquizoide não deve, afinal, despertar alarme: nada poderia ser mais normativo na experiência do capitalismo tardio” (EAGLETON, 1995, p. 65).

É ilustrativa a passagem a seguir retirada do sítio eletrônico do partido Rede Sustentabilidade<sup>39</sup>, na qual uma posição pós-moderna em que a centralidade do trabalho é colocado em segundo plano é lançada. Nota-se que o “norte” proposto não é a superação do modelo capitalista a partir de lutas dos trabalhadores:

Vivemos a passagem da fase industrial à pós-industrial, ou seja, a transformação de uma economia produtora de bens, para uma economia de

---

<sup>37</sup> “Os intelectuais da esquerda, então, vêm tentando definir novas formas, que não a contestação, de se relacionar com o capitalismo. A maneira típica é procurar nos interstícios no capitalismo onde criar espaço para discursos e identidades alternativos” (WOOD, 2010, p.13).

<sup>38</sup> “[feminismo] ao defender as diferenças, relações individualizadas de poder são enfatizadas, com exclusão de sua interconexão sistêmica; e, claro, à medida que desaparece qualquer fonte sistêmica de poder, o mesmo acontece com o modo capitalista de produção [...] a consequência desse foco micropolítico é a política de identidade passa a fundamentar-se sobre estilo de vida, consumo etc., e o individualismo substitui a política de interesses comuns e de luta social coletiva” (STABILE, 1999, p. 151).

<sup>39</sup> Nem sempre as pautas pós-modernas estão em partidos facilmente identificados como (nova) esquerda. O Rede Sustentabilidade a quem tomamos como exemplo para mostrar concepções pós-modernas dentro de partidos, é detentor de programas que ora o coloca como pertencente aos espectro ideológico da direita, ora como pertencente da esquerda. O que de certa forma é uma característica política do pós-modernismo, isto é, não se apoiar nos “velhos dogmas” nos “grandes relatos totalizantes”, assumindo uma postura chamada de “terceira via”. Para corroborar: Grupo desfilia-se da Rede alegando 'vazio de posicionamento político'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 out. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1819714-grupo-desfilia-se-da-rede-alegando-vazio-de-posicionamento-politico.shtml> Acesso em: 03 abr. 2017.

serviços [...] o trabalho encontra-se destituído de sentido na pós-modernidade e um dos indícios é a falta de durabilidade, tanto dos produtos das atividades, quanto das próprias atividades [...] **Devemos buscar um novo norte**, como por exemplo, a efetivação e democratização do Direito ao Lazer. Na atual concepção de trabalho, há uma desvinculação entre o lazer e o universo do trabalho: a realização pessoal não passa mais, necessariamente, pelo trabalho (ao menos não pelo trabalho remunerado). Para a maioria das pessoas o trabalho é apenas uma necessidade, e não uma forma de auto-realização (REINER, 2014, s.p. **grifos nosso**).

Não há dúvidas que o pós-modernismo desembarcou de vez na política com seus jargões de “locais de fala”, seus argumentos invocando a necessidade de renovação do marxismo para contemplar outras opressões que não as econômicas, a fragmentação dos movimentos em diversas frentes organizadas por identidades e o eclipse do econômico pelo cultural e subjetivo.

Ao retirar o papel de classe revolucionária dos trabalhadores, os pós-modernos transferem o papel de sujeitos (ou microsujeitos) para a transformação política (já que frente transformação econômica devem-se “resignar”) aos indivíduos não classistas<sup>40</sup> (heterogêneos): “os últimos dez anos marcaram decididamente o regresso do indivíduo [...] foram os anos da análise da vida privada, do consumismo, do narcisismo, dos modos e estilos de vida [...] da fenomenologia, do micro em detrimento do macro.” (SANTOS, 1999, p.20-1). Ou como afirma um dos grandes estudiosos dos aspectos culturais, Featherstone (1995, p. 129): “o novo narcisismo, na qual os indivíduos procuram maximizar e vivenciar o elenco de sensações disponíveis, a busca de expressão e auto-expressão, o fascínio com a identidade, apresentação e aparência fazem do pequeno- burguês um consumidor ‘natural’”.

Portanto, há uma grande importância do individualismo dentro do pensamento pós-moderno que passa a enxergar nas distintas microidentidades da sociedade o papel de atuação política para erradicar as especificidades das opressões que atingem estas microidentidades. Há um constructo teórico no sentido de rechaçar toda perspectiva totalizante<sup>41</sup> tal como a perspectiva de classe (CARCANHOLO & BARUCO, 2010, WOOD, 1999). Assim dizem Carcanho & Baruco (2010, p. 84):

---

<sup>40</sup> Há nas leituras pós-modernas a transferência de vanguarda revolucionária do proletariado em direção a atores como jovens, intelectuais, ou multidão.

<sup>41</sup> Pergunta Harvey (2008, p. 55): “Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpetua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerente são repressivas e ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo (do tipo de Dewey) se torna então a única filosofia de ação possível”.

A esquerda marxista tradicional costuma falar de um sujeito revolucionário, a classe trabalhadora. Mas isso não faz mais sentido para o pensamento pós-moderno. A negação do sujeito revolucionário ocorre em razão da afirmação que o pós-modernismo faz da fragmentação, característica basilar da condição pós-moderna atual, assim como da defesa da tese segundo a qual a nova economia informacional e de serviços implica, inexoravelmente, uma transformação na natureza e qualidade do trabalho.

Interessante notar que a negação da classe trabalhadora como sujeito revolucionário na teoria pós-moderna se dá por sustentações tanto ligadas a esfera “política” (fragmentações identitárias) tanto por aspectos ligados ao trabalho (imaterial na visão pós-modernista) este, portanto, mais relacionado à esfera econômica (estrutura na teoria marxiana).

O pensamento pós-moderno, irrompeu para distintas esferas da vida cotidiana. É comum ver traços de tal pensamento nos partidos quer seja de direita ou de esquerda e principalmente da “terceira via”. Tal pensamento alcançou as artes em geral, as formas de interações humanas, foi disseminada pelas universidades e pela mídia, esta, que costuma ser um termômetro para medir a irradiação de determinadas ideias e ser um meio de massa de transmissão de novas ideologias e pensamentos. Neste sentido é significativo a riqueza de elementos pós-modernos expostos de forma simples pelo “Projeto Editorial da Folha”, de 1997:

Toda época acredita viver transformações importantes. Os últimos dez anos ostentam, porém, uma constelação de mudanças espetaculares na política, na economia, nas ideias. Na metáfora agora tão batida da Queda do Muro, entrou em colapso a concepção maniqueísta, de valores complementares e soluções opostas, que prevalecia desde pelo menos a passagem do século. É como se as cartas da ideologia estivessem sendo reembaralhadas e um novo jogo, ainda indefinido, começasse. **A dualidade política foi substituída por um consenso.** Uma só superpotência impôs seu predomínio ao mundo, quase todas as sociedades procuram se aproximar de seu modelo. **Com pouca variação de grau, há uma só receita econômica (o mercado), uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que tende inevitavelmente à "globalização". Pois não se trata de um sistema estanque, mas que se propõe a enquadrar toda diversidade étnica ou cultural num mesmo modelo, já batizado como "fim da História", desde que cumpridos os preceitos da livre competição e da técnica.** O modelo vitorioso se impôs pela eficiência com que produz bens e serviços, renunciando uma era de progresso e multiplicação da riqueza. Seu monolitismo é perturbado, porém, por instabilidades e exclusão. **Grupos sociais estão sendo alijados do dinamismo econômico, nações inteiras correm o risco de se verem confinadas ao subdesenvolvimento. Os próprios vínculos coletivos como "nação" ou "classe" entretanto se enfraquecem, quando expostos a um modelo que premia individualmente enquanto exclui socialmente. Surgem novas formas de associação, menos definidas por sua base socioeconômica do que por valores culturais e de consumo, por isso mesmo mais voláteis e cambiantes.** O espaço público, terreno em que o jornalismo sempre lastreou

sua legitimidade, passa por um terremoto que ainda não assentou; **até a terminologia do debate (direita e esquerda, por exemplo) foi desorganizada** (CAOS, 2017, *s.p.* **grifos nosso**).

Partes de tal editorial acima mencionado vão de encontro a uma formulação acadêmica como a de Evangelista (2006, p. 278) que diz: “o reconhecimento da mediação necessária do mercado é o ponto de convergência mais evidente entre o pós-modernismo e outras modalidades do pensamento conservador contemporâneo.” E é justamente esse caráter conservador e de direita que analisaremos no próximo tópico.

### **O pensamento pós-moderno e a direita**

É um fato que o pensamento pós-moderno em idos das décadas de 1970 e 80 trouxe algumas confusões<sup>42</sup> à esquerda, inclusive servido de substrato para a cisão de uma parte do espectro político da esquerda rumo à formação de uma “nova esquerda” impregnada de posições pós-modernas, que logo se revelaria muito complacente ou condizente com o capital (e por extensão direita) em sua face neoliberal e financeirizada. Segundo Harvey:

A nova esquerda preocupava-se com a luta para liberta-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo “ortodoxo”, e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos, etc.). Ela via a si mesma, desde o começo, como uma força cultural e político-econômica, tendo ajudado a produzir a virada para a estética que o pós-modernismo representava. Esta linha de ação, no entanto, teve consequências não pretendidas. A entrada na política cultural era mais compatível com o anarquismo e o liberalismo do que com o marxismo tradicional, levando a nova esquerda a se opor a atitudes e instituições tradicionais da classe trabalhadora (HARVEY, 2008, p.319).

O pós-modernismo é, em algumas vertentes, em aparência, radical ao sistema (desnecessário dizer que a vertente que Boaventura de Souza Santos chama de pós-modernos de “celebração”, já é em si despojada de radicalidades). Mas é um “pseudo-radicalismo de um período de retirada da esquerda, um radicalismo verbal de palavra sem ato, ou melhor *como ato*” (McNALLY, 1999, p.34). O que McNally, estaria dizendo, elegantemente, é que este novo idealismo linguístico (“quer sob o nome de pós-estruturalismo, pós-modernismo ou pós-marxismo”) tem um radicalismo que são “palavras ao vento”. Mas esta passagem não se explicaria por ser somente uma expressão popular dita de forma elegante. Sabendo dos gostos pós-modernistas pela

---

<sup>42</sup> Ver: Harvey (2008, p. 320).

aparência ao invés de essência, pela primazia do cultural frente às relações econômicas etc., pode se perceber que a própria ação política se daria em nível dos discursos, isto é, ser radical nas verbalizações já seria “suficiente” (talvez em textos no Facebook por exemplo). Utilizar-se das falas para induzir revoluções ou lutar contra as explorações sobretudo as econômicas seria por demais radical, revolucionário ou prática de “comunistas ortodoxos”, estes, que no passado os pós-modernos já tinham deles afastados. Voltando ao autor: “o novo idealismo e a política que acarreta não são simplesmente curiosidades inofensivas; constituem uma abdicação à responsabilidade política [...] são também um obstáculo à reconstrução de movimentos de massa de protesto ou resistência” (McNALLY, 1999, p. 34).

Assim, muitas das vezes, a relação entre o pensamento pós-moderno e o capitalismo não é uma relação de enfrentamento, por vezes sequer de desestabilização. “A ideia do pós-moderno, da maneira como foi assumida nesta conjuntura, era de uma forma ou de outra apanágio da direita” (ANDERSON, 1999, p. 53). Ainda de acordo com Anderson (1999), autores de direita como Jenckens celebrou a “liberação do consumo, um golpe mortal no planejamento onde pintores podiam comerciar de forma tão livre e global como banqueiros” (ANDERSON, 1999, p. 53). Lyotard via essa nova condição pós-moderna criada pelo descrédito da grande narrativa socialista e Habermas, “ainda numa posição de esquerda, resistindo a um compromisso com o pós-moderno, mesmo assim atribuiu a ideia a direita, formulando-a como uma representação do neoconservadorismo” (ANDERSON, 1999, p. 53). Confirmando tudo isso, a posição corrente aceita pelos pós-modernos do fim da história, a aceitação do liberalismo e das democracias ocidentais como estágios finais<sup>43</sup> da história humana. Aceitar uma premissa desta, é deixar de propor caminhos outros para a superação da ordem vigente, isto é, reveste de um caráter de conservadorismo que desnecessário dizer, é por extensão de direita e capitalista. Anderson (1999, p. 54), assim resume a questão: “Não podia haver nada mais do que o capitalismo. O pós-moderno foi uma sentença contra as ilusões alternativas”.

O pós-moderno tem, com já ressaltado, uma relação de comodismo ou de celebração frente ao capitalismo e ao que este oferece em sua esfera do consumo, não

---

<sup>43</sup> Um autor que também critica as teses de fim da ideologia é Cardoso (1999, p.18-9): “Igualmente falsa é a afirmação de que não haverá mais ideologias totalizadoras com capacidade de consenso e de mobilização. Vivemos, sem dúvida, os efeitos intelectuais de sérias derrotas políticas das posições de esquerda em todo o mundo. Mesmo agora, porém, percebem-se elementos que poderão confluir em novas teorias globais do social (e, portanto, da história), bem como tentativas – mais ou menos sérias conforme os casos, além de dotadas de ideologias distintas – de efetivamente construir teorias assim”.

fazendo grandes mediações, isto é, ficam restritos ao nível aparente não revelando as faces outras das relações capitalistas e das condições de produção destes consumos. Dito de outra forma, celebram ou aceitam a “ponta” do capitalismo não preocupando com os pilares e os “caminhos” percorridos até a esfera do consumo<sup>44</sup>. E assim: “o pós-modernismo copia ou reproduz – reforça – a lógica do capitalismo consumista” (JAMESON, 2002, p. 38, tradução nossa).

O pensamento pós-moderno oculta seu caráter conservador<sup>45</sup> (embora seja transgressivo culturalmente) e apresenta alternativas que são não viáveis em tempos de capitalismo universal ou recorre-se a tautologias tais como: “quanto mais global for o problema, mais locais e mais multiplamente locais devem ser as soluções. Ao arquipélago destas soluções chamo eu de socialismo. São soluções movediças, radicais no seu localismo.” (SANTOS, 1999, p. 111). Mas estas alternativas em nenhum momento colocam em xeque as bases deste sistema, sobretudo quando é o pensamento advindo dos “celebracionistas” da pós-modernidade. Segundo Vakaloulis:

[...] Embora a modernidade não deixe de se manter “cativa” das suas próprias contradições, a “pós-modernidade” é uma falsa saída. Ela anula o problema de forma proclamatória ao formular a conclusão do *no exit*. Ela dá a entender que é possível sair da modernidade sem superar o capitalismo. Em vez de fazer frente aos impasses da modernização da forma valor, ela tende a suprimi-los. Mais concretamente, a “pós-modernidade” passa por cima dos imperativos da acumulação capitalista à escala global nas suas configurações atuais. Nesse sentido, a era da “pós-modernidade” mais não é que a modernidade sem o seu diadema: uma modernidade resignada à perda dos seus atractivos, diminuída nas suas ambições, sem o lastro da suas utopias de emancipação social, privada da sua auto-imagem “progressiva” (VAKALOULIS, 2003, p. 29).

Cancholo & Baruco (2010) também destacam que para os pós-modernos além de uma postura um pouco mais reformista, isto é, aquela que advoga que “*um outro mundo é possível* desde que não seja construído a partir de uma identidade unificadora e totalizante”(CARCANHOLO & BARUCO, 2010, p. 86, *grifos dos autores*). Há também, segundo os autores, uma postura conservadora que além de rejeitar qualquer proposta emancipadora, dita que deveríamos nos resignar às tarefas das transformações e concordar que o capitalismo chegou ao “fim da história”. Segundo os autores, “renegar qualquer possibilidade de uma sociedade pós-capitalista, quando se

---

<sup>44</sup> Diz Stabile (1999, p. 147, **negritos nosso**): “o consumo passou à frente da produção, tornando a luta de classes (ou mesmo a ideia de que a sociedade está antagonicamente dividida entre trabalhadores e capitalistas) um conceito obsoleto”.

<sup>45</sup> Corroborar: “A despeito de certas manifestações e intenções contestatórias e radicais da esquerda pós-moderna, o pós-modernismo torna-se caudatário do movimento de consolidação da hegemonia do pensamento conservador” (EVANGELISTA, 2007, p. 179).

nega a luta revolucionária pelo socialismo, por sua vez, é justamente uma forma de afirmar o capitalismo.” Mais adiante os autores afirmam enfaticamente que “o pós-modernismo é, neste sentido uma expressão do pensamento conservador atual” (CARCANHOLO & BARUCO, 2010, p. 88-9). É uma “sociedade que perdeu a noção de futuro e mesmo da própria possibilidade de mudança histórica, que se tornou convicta de que a ordem vigente do capitalismo global é a única forma social que pode existir doravante” (JAMESON, 2004, p. 72). E onde não existe a formulação de visões revolucionárias, onde a intelectualidade se recolhe ao imediatismo do presente, onde a utopia esteja ausente, temos a certeza de que a agenda política radical foi substituída ou por reformas pontuais no interior do sistema, ou mesmo por uma agenda conservadora (JAMESON, 2004).

Nada mais interessante a um sistema, instituição, projeto etc., quando seus pretensos adversários se portam apáticos, difusos, descentrados e assim é muito cômodo ao capitalismo, uma ideologia tal como o “pós-modernismo [que] requer como componente político fundamental, um sentimento de desalento, de impotência e de apatia coletivos, frutos em geral de uma derrota estratégica das forças políticas e ideológicas empenhadas em transformações sociais radicais” (EVANGELISTA, 2006, p. 274).

O pensamento pós-moderno advoga e vê surgindo uma superação da modernidade mas não do capitalismo. A superação da primeira se daria sem grandes rupturas com a sociabilidade burguesa. Esta ideia abre “o caminho para a veiculação de um pensamento ‘transgressor’ que não questiona seriamente a vigência *globalizada* da lógica do capital, mas, ao contrário parece lhe altamente funcional” (EVANGELISTA, 2007, p. 170). E é só como ideologia que torna possível colocar a superação da modernidade sem a superação do capitalismo, pois ambos estão correlatamente imbricados.

O pós-moderno é o celebrador do “lado bom” do capitalismo, dos seus avanços e conquistas tecnológicas ao mesmo tempo em que se volta as costas para suas mazelas e apressa em transferir a culpa destas para o projeto moderno, a razão moderna ou para a modernidade.

## **Referências Bibliográficas**

AMORIM, Henrique. *Classes sociais e trabalho imaterial*. **Herramienta**. Buenos Aires, v.08, 2011.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CAOS da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático. **Folha de S. Paulo**, 29 mar. 2017. Disponível em: < <http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml> > Acesso em: 03 abr. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: A visão de um historiador. [*Sine Loco*]: **Diálogos**, V. 3, N. 3: 1-28, 1999.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. **Crítica Marxista**. Ano 2, p. 53-68. [s.l.] 1995. Disponível em: < [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo265Artigo4.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo265Artigo4.pdf) > Acesso em: 05 abr. 2017.

EAGLETON, Terry. De onde vêm os pós-modernistas? In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. *E-book*.

EICHEMBERG, Fernando. Michel Maffesoli: 'O tripé pós-moderno é criação, razão sensível e progressividade'. **O globo**, Paris: 08 nov. 2014. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/michel-maffesoli-tripe-pos-moderno-criacao-razao-sensivel-progressividade-14496249> > Acesso em: 04 abr. 2017.

EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. **Cronos**. V. 7, nº 2, p. 271-281, Natal, 2006.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria social pós-moderna: introdução crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Record: 2001.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- JAMESON, Frederic. **Escritos selecionados sobre el pós-modernismo 1983-1998**. Buenos Aires: Manantial, 2002.
- JAMESON, Fredric. Sobre a intervenção cultural. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.65-72.
- LAZZARATO, Maurizio. *El ciclo de la produccion inmaterial*. **Enmedio**. 2007. Disponível em: < <http://www.enmedio.info/el-ciclo-de-la-produccion-inmaterial/>> Acesso em: 01 mai. 2017.
- LESSA, Sergio. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. **Revista Outubro**, n.8, p. 27-43, 2003.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. livro 1, v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- McNALLY, David. A língua e o novo idealismo. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história**: Marxismo e pós-modernismo. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.
- NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A , 2001.
- NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- REINER, Eduardo. Sustentabilidade e as relações de trabalho na pós-modernidade. **Rede Sustentabilidade**. 11 mar. 2014. Disponível em: < <https://redesustentabilidade.org.br/2014/03/11/diagnostico-e-estudo-sobre-a-insustentabilidade-do-atual-modelo-de-relacoes-de-trabalho-em-um-contexto-pos-industrial-por-eduardo-reiner/>> Acesso em: 02 mai. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7º ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Vinícius Oliveira. **Categorias marxianas fundamentais para o estudo do trabalho imaterial**. Dissertação (Mestrado em sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/282075/1/Santos,%20Vinicius%20Oliveira\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/282075/1/Santos,%20Vinicius%20Oliveira_M.pdf)
- STABILE, Carol A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. . In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história**: Marxismo e pós-modernismo. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. **O pós socialismo**. 1ª ed. 1ªrei. São Paulo. Brasiliense: 2004.
- VACCARO, Stefania Becatinni. Trabalho imaterial: Divergências teóricas e conceituais. **Interthesis**, v.12, Florianópolis, 2015.

VAKALOULIS, Michel. **O capitalismo pós-moderno**. 4ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. 2ª. rei. São Paulo. Boitempo: 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é agenda “pós-moderna”. in: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER; John Bellamy. **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.